

# *Superior Tribunal de Justiça*

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.488.589 - DF (2019/0108521-6)**

**RELATOR** : **MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE**  
**AGRAVANTE** : **D B DA S**  
**ADVOGADOS** : **WILSON SAMPAIO SAHADE FILHO - DF022399**  
ALICE DIAS NAVARRO - DF047280  
LECIR MANOEL DA LUZ - DF001671  
**AGRAVADO** : **C M L B**  
**ADVOGADO** : **CLÁUDIO DE CASTRO LOBO - DF032901**

## **EMENTA**

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE OFERTA DE ALIMENTOS. EX-CÔNJUGES. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. NÃO OCORRÊNCIA. OBRIGAÇÃO COM TERMO CERTO. ACÓRDÃO EM HARMONIA COM A JURISPRUDÊNCIA DESTA CORTE SUPERIOR. SÚMULA 83/STJ. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. AUSÊNCIA DE COTEJO ANALÍTICO E DEMONSTRAÇÃO DA SIMILITUDE FÁTICA ENTRE OS JULGADOS. AGRAVO CONHECIDO PARA CONHECER PARCIALMENTE DO RECURSO ESPECIAL E, NESSA EXTENSÃO, NEGAR-LHE PROVIMENTO.

## **DECISÃO**

D. B. DA S. ajuizou ação de oferta de alimentos em face de C. M. L. B., visando que fosse fixada a obrigação de prestar alimentos provisórios à sua ex-mulher no valor de 6 (seis) salários mínimos, além do pagamento de plano de saúde pelo período de 1 (um) ano.

A Magistrada de primeiro grau julgou parcialmente procedentes os pedidos para fixar os alimentos devidos a C. M. L. B. no valor de 8 (oito) salários mínimos, mais plano de saúde, até a efetiva imissão da requerida na posse dos bens atinentes à partilha do ex-casal.

Em seguida, interposto o recurso de apelação por ambas as partes, a Sétima Turma Cível do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios negou provimento à insurgência da ré e deu parcial provimento ao recurso do autor com vistas a reduzir o valor dos alimentos para 6 (seis) salários mínimos.

# Superior Tribunal de Justiça

O acórdão foi assim ementado (e-STJ, fls. 487-488):

APELAÇÃO CÍVEL. DIREITO DE FAMÍLIA. AÇÃO DE OFERTA DE ALIMENTOS. PEDIDO DE EFEITO SUSPENSIVO PREJUDICADO. BINOMIO NECESSIDADE-POSSIBILIDADE. ART. 1.694 C/C 1.695 DO CÓDIGO CIVIL. EX-CONJUGES. FIXAÇÃO POR PRAZO CERTO. OBSERVANCIA ÀS CONDIÇÕES PESSOAIS DA PARTE ALIMENTANDA. VALOR RAZOÁVEL OFERTADO. NÃO DEMONSTRAÇÃO DE OUTRAS NECESSIDADES. SENTENÇA PARCIALMENTE REFORMADA.

1. Em observância aos princípios da cooperação e da efetividade da prestação jurisdicional, e estando o feito apto para imediato julgamento, fica prejudicado o pedido de atribuição de efeito suspensivo a este recurso 2. A obrigação alimentar entre ex-cônjuges tem por fundamento os deveres de solidariedade e assistência mútua, além de possuir caráter excepcional, sendo necessário observar as necessidades do ex-cônjuge que pleiteia aos alimentos, bem como a possibilidade econômica daquele que irá pagá-los, nos termos previstos nos artigos 1.694 c/c 1.695 do Código Civil. 2.1. Os alimentos pagos a ex-cônjuge não têm por objetivo a manutenção do padrão de vida experimentado durante o período de convivência, mas tão somente a satisfação das necessidades primordiais da pessoa alimentanda.

3. Os alimentos proporcionados por ex-cônjuge devem, em regra, ser fixados por prazo certo pelo tempo necessário para a reorganização de seu novo momento de vida. 3.1. Na situação em tela, a duração dos alimentos deve observar a idade da alimentanda, bem como a efetiva posse do patrimônio partilhado na ação de divórcio, momento em que ela estará apta a se auto sustentar. Precedentes.

4. O Juiz, ao arbitrar o dos alimentos, deve, de maneira proporcional e razoável, conjugar as quantum necessidades do credor com as possibilidades financeiras do devedor, de modo a assegurar a subsistência das duas partes. 4.1. Não comprovada pela credora dos alimentos a existência de despesas superiores ao valor ofertado a título de alimentos, deve esta verba ser fixada na forma pretendida pelo devedor.

5. Apelações conhecidas. Negou-se provimento ao recurso da ré e deu-se parcial provimento ao recurso do autor.

Opostos embargos de declaração, foram rejeitados (e-STJ, fls. 520-531).

Inconformado, D. B. DA S. interpôs recurso especial, fundamentado nas alíneas *a* e *c* do permissivo constitucional, apontando violação aos arts.1.022, II, do CPC/2015; 1.694, § 1º, e 1.695 do Código Civil de 2002.

Sustentou, em síntese, negativa de prestação jurisdicional, uma vez que o

# *Superior Tribunal de Justiça*

acórdão não teria enfrentado os argumentos atinentes à possibilidade de reinserção da recorrida no mercado de trabalho e ao caráter assistencialista e temporário dos alimentos, aduzindo que tais questões poderiam, em tese, modificar o resultado do julgamento.

Afirmou ser incabível o termo final da obrigação de prestar alimentos fixado nas instâncias ordinárias, isto é, a data da imissão da autora na posse dos bens da partilha, tendo em vista a natureza excepcional e transitória da verba alimentar, notadamente quando o ex-cônjuge alimentado possui capacidade laboral.

Contrarrazões às fls. 576-579 (e-STJ).

O Tribunal de origem não admitiu o recurso especial, o que levou o insurgente à interposição de agravo.

Contraminuta às fls. 304-309 (e-STJ).

Por decisão monocrática, a Presidência do Superior Tribunal de Justiça conheceu do agravo para não conhecer do recurso especial (e-STJ, fls. 615-618), deliberação contra a qual o recorrente interpôs agravo interno.

Posteriormente, ante a reconsideração da decisão agravada, os autos foram distribuídos a esta relatoria (e-STJ, fl. 646).

Brevemente relatado, decido.

Com efeito, o recorrente argumentou que o acórdão recorrido seria omissivo sobre questões relevantes para o resultado do julgamento, sobretudo quanto à capacidade laboral da recorrida e suas condições de sustento próprio, ao argumento de que tais pontos seriam essenciais para fixação do termo final da obrigação de pagar alimentos.

No entanto, verifica-se que a Corte local enfrentou as matérias em questão e concluiu que, apesar dos argumentos suscitados pelo autor, ora recorrente, a ré não teria condições de reinserção no mercado de trabalho, consignando serem necessários os alimentos até a partilha dos bens do ex-casal.

É o que se depreende do que ficou asseverado no aresto impugnado (e-STJ, fl. 492):

# *Superior Tribunal de Justiça*

No caso em exame, não há questionamentos sobre o patrimônio do autor D.B.D.S., nem acerca da necessidade da ré C.M.L.B., a qual não exerce atividade remunerada, como expressamente reconhecido na petição inicial desta ação de oferta de alimentos (ID. 4447269, p. 03). O que deve-se apurar agora é: a apelante C.M.L.B. possui neste momento, à luz dos documentos arrolados, condições de se sustentar? Se sim, foi correto o critério adotado pelo juízo de origem?

O apelante D.B.D.S. defende em seu recurso que sua ex-cônjuge possui condições de reinserção no mercado de trabalho e que não pode prosperar o entendimento da sentença que condicionou a cessação dos alimentos a inteira posse sobre os bens partilhados.

Com a devida vênia ao autor, mas sua tese não prospera. Embora a ré C.M.L.B. reconheça que concluiu o ensino superior com a colação do grau de bacharelado em direito (ID. 4447315, p. 05), não há indício nos autos de que exerça atualmente qualquer atividade remunerada apta a custear o seu sustento, sendo insuficiente para cessar este dever o fato da mesma perceber metade dos frutos dos alugueis de dois imóveis de propriedade comum das partes (R\$ 1.864,53 - ID. 3876299, p. 01 dos autos da Ação de Divórcio n. 0005499-74.2016.8.07.0020), o qual é relativamente baixo para a sua subsistência.

Ademais, não se pode olvidar que a ré atualmente encontra-se com 53 (cinquenta e quatro) anos de idade (ID. 3876153 da Ação de Divórcio n. 0005499-74.2016.8.07.0020) e, por não ser mais tão jovem, encontrará mais dificuldades em se inserir no mercado de trabalho, não existindo elementos nos autos que refutem esta situação.

Nesse contexto, relativamente à suposta negativa de prestação jurisdicional, é preciso deixar claro que o acórdão recorrido resolveu satisfatoriamente as questões deduzidas no processo, sem incorrer nos vícios de obscuridade, contradição ou omissão com relação a ponto controvertido relevante, cujo exame pudesse levar a um diferente resultado na prestação de tutela jurisdicional.

Assim, aplica-se à espécie o entendimento pacífico do STJ segundo o qual não há falar, na hipótese, em violação ao art. 1.022, I e II, do CPC/2015, porquanto a prestação jurisdicional foi dada na medida da pretensão deduzida, uma vez que "o voto condutor do acórdão recorrido apreciou fundamentadamente, de modo coerente e completo, as questões necessárias à solução da controvérsia, dando-lhes, contudo, solução jurídica diversa da pretendida" (AgInt no REsp 1.383.088/PR, Rel. Ministra Assusete Magalhães, Segunda Turma, julgado em 6/12/2016, DJe 15/12/2016).

# *Superior Tribunal de Justiça*

No que diz respeito ao prazo da obrigação de pagar alimentos, observa-se que a Corte de origem, ao considerar a inexistência de condições de sustento próprio da alimentanda e a dificuldade de realocação imediata no mercado de trabalho em face da idade de 53 (cinquenta e três) anos, considerou razoável fixar o termo final da obrigação alimentar como a data da posse sobre os bens partilhados, "momento em que será possível a ré manter-se independentemente do auxílio do autor" (e-STJ, fl. 503).

Em relação ao termo da obrigação, a atual jurisprudência do STJ está orientada no sentido de que a prestação de alimentos entre ex-cônjuges é excepcional, de modo que, quando fixada sem prazo determinado, deve persistir apenas pelo tempo necessário para a reinserção no mercado de trabalho ou autonomia financeira do alimentado, considerados o tempo decorrido de pagamento dos alimentos e o potencial para o trabalho do beneficiário, ao invés da análise apenas do binômio necessidade-possibilidade (cf. REsp n. 1.396.957/PR, Rel. Ministra Nancy Andrighi, Terceira Turma, julgado em 3/6/2014, DJe 20/6/2014; e AgRg no REsp 1.537.060/DF, Rel. Ministra Maria Isabel Gallotti, Quarta Turma, julgado em 1º/9/2015, DJe 9/9/2015).

No mesmo sentido, confirmam-se:

RECURSO ESPECIAL. DIREITO CIVIL. FAMÍLIA. ALIMENTOS. EXONERAÇÃO. OBRIGAÇÃO ALIMENTAR PROLONGADA. EXTINÇÃO APÓS A PARTILHA. POSSIBILIDADE. BEM COMUM. USO PARTICULAR. INDENIZAÇÃO. SOLIDARIEDADE. PARENTESCO. NOVO PEDIDO. FACULDADE. 1. Cinge-se a controvérsia a definir se é possível a fixação indefinida de alimentos a ex-companheira, que está inserida no mercado de trabalho. 2. O fim da relação deve estimular a independência de vidas e não o ócio, pois não constitui garantia material perpétua, razão pela qual o pagamento de alimentos é regra excepcional que desafia interpretação restritiva. 3. A obrigação que perdura por uma década retrata tempo suficiente e razoável para que a alimentanda possa se restabelecer e seguir a vida sem o apoio financeiro do ex-companheiro. 4. Aquele que utiliza exclusivamente o bem comum deve indenizar o outro, proporcionalmente, devendo tal circunstância ser considerada no que tange ao dever de prestação de alimentos. 5. O ordenamento pátrio prevê o dever de solidariedade alimentar decorrente do parentesco (arts. 1.694 e 1.695 do Código Civil), facultando-se à alimentanda a possibilidade de formular novo pedido de alimentos direcionado a seus familiares caso necessário. 6. Recurso especial provido. (REsp n. 1.688.619/MG, Relator o Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva, Terceira Turma, julgado em 26/9/2017,

DJe 2/10/2017)

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE RECONHECIMENTO E DISSOLUÇÃO DE UNIÃO ESTÁVEL HOMOAFETIVA. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO, CONTRADIÇÃO OU OBSCURIDADE. NÃO OCORRÊNCIA. ALIMENTOS DEVIDOS AO EX-CÔNJUGE. PEDIDO DE EXONERAÇÃO. POSSIBILIDADE. 1. Ausentes os vícios do art. 535 do CPC/73, rejeitam-se os embargos de declaração. 2. Os alimentos devidos entre ex-cônjuges devem ser fixados por prazo certo, suficiente para, levando-se em conta as condições próprias do alimentado, permitir-lhe uma potencial inserção no mercado de trabalho em igualdade de condições com o alimentante. 3. Particularmente, impõe-se a exoneração da obrigação alimentar tendo em vista que a alimentada tem condições de exercer sua profissão e recebeu pensão alimentícia por um ano e seis meses, tempo esse suficiente e além do razoável para que ela pudesse se restabelecer e seguir a vida sem o apoio financeiro da ex-cônjuge. 4. Recurso especial parcialmente conhecido e, nessa parte, não provido. (REsp n. 1.531.920/DF, Relatora a Ministra Nancy Andriighi, Terceira Turma, julgado em 4/4/2017, DJe 11/04/2017)

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE REVISÃO DE ALIMENTOS. EXONERAÇÃO DA OBRIGAÇÃO DE ALIMENTAR. IMPOSSIBILIDADE. CONFIGURADA SITUAÇÃO EXCEPCIONAL. 1. O dever de prestar alimentos entre ex-cônjuges deve ser fixado com termo certo, salvo em hipóteses específicas em que um dos cônjuges não possa por seus próprios meios suprir sua subsistência, como acontece quando está afastado do mercado de trabalho por longo período ou acometido de doença que o impeça de trabalhar. Súmula 568/STJ. Precedentes. 2. Agravo interno no recurso especial não provido. (AgInt no REsp 1756542/MG, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 03/12/2018, DJe 05/12/2018)

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO INTERNO NO AGRAVO (ART. 544 DO CPC/73) - AÇÃO DE EXONERAÇÃO DE ALIMENTOS - DECISÃO MONOCRÁTICA QUE RECONSIDERANDO DELIBERAÇÃO DA PRESIDÊNCIA, CONHECEU DO AGRAVO PARA NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO ESPECIAL. INSURGÊNCIA DO AUTOR. (...) 2. O STJ possui entendimento no sentido de que os alimentos devidos entre ex-cônjuges têm caráter excepcional e transitório, salvo quando presente a incapacidade laborativa ou a impossibilidade de inserção no mercado de trabalho. 3. No caso dos autos, o Tribunal de origem concluiu pela manutenção da pensão alimentícia, ante a idade avançada da ex-cônjuge e a impossibilidade de se inserir no mercado

# *Superior Tribunal de Justiça*

de trabalho. Incidência da Súmula 83/STJ. (...) (AgInt no AgInt no AREsp n. 903.083/RJ, Relator o Ministro Marco Buzzi, Quarta Turma, julgado em 20/2/2018, DJe 27/2/2018)

Como se vê, a decisão do acórdão recorrido encontra-se em consonância com a jurisprudência desta Corte Superior, incidindo, no ponto, a Súmula 83/STJ.

Por fim, não se revela cognoscível a irresignação deduzida por meio da alínea *c* do permissivo constitucional, porquanto o recorrente limitou-se a transcrever trechos do julgado trazido como paradigma, contudo, sem realizar o necessário cotejo analítico, bem como demonstrar a similitude dos casos, em desatenção aos moldes exigidos pelos arts. 1.029, III, § 1º, do CPC/2015 e 255, §§ 1º e 2º, do RISTJ.

É assente nesta Corte Superior que a mera transcrição de ementas e excertos, desprovida da realização do necessário cotejo analítico entre os arestos confrontados a fim de demonstrar a similitude fática entre os casos julgados, mostra-se insuficiente para comprovar a divergência jurisprudencial ensejadora da abertura da via especial com esteio na alínea *c* do permissivo constitucional.

Nesse sentido:

DIREITO PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NOS EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA EM AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO DE TODOS OS FUNDAMENTOS DA DECISÃO AGRAVADA. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 182/STJ. AUSÊNCIA DE SIMILITUDE FÁTICA ENTRE OS ARESTOS EM CONFRONTO. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO. I - Trata-se de agravo interno interposto contra decisão monocrática de indeferimento liminar dos embargos de divergência, diante da ausência de similitude fática entre o acórdão embargado e o julgado paradigma e incidência da súmula 168 do STJ. II - Descumpre o art. 1.021, § 1º, do CPC e a Súmula nº 182 do STJ, o agravo interno que não impugna integralmente os fundamentos da decisão agravada. III - A teor do enunciado contido na Súmula n. 182 do STJ, é inviável o agravo que deixa de atacar especificamente os fundamentos da decisão agravada. Precedentes. IV - A ausência de similitude fática impede o comparativo entre acórdão embargado e paradigma de modo a obstar a configuração do dissídio jurisprudencial supostamente alegado pela parte. Agravo Interno não provido. (AgInt nos EAREsp 1040547/SP, Rel. Ministro FELIX FISCHER, CORTE ESPECIAL, julgado em 19/12/2017, DJe 06/02/2018).

Ante o exposto, conheço do agravo para conhecer parcialmente do recurso

# *Superior Tribunal de Justiça*

especial e, nessa extensão, negar-lhe provimento.

Publique-se.

Brasília (DF), 19 de novembro de 2019.

MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Relator

